

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES SEGUNDO OS PROTOCOLOS DE BIOSSEGURANÇA

Antonio José Menezes de Castro Neves

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2023). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (2011 ICI/UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento (GEINFO) e Coordenador do GT de Unidades de Informação. Atuou profissionalmente como Analista de Informação Estratégica Gerencial (2011-2020). Atualmente faz doutorado em Ciência da Informação no PPGCI/UFBA. E-mail: acneves03@gmail.com

Nidia Maria Lienert Lubisco

Doutora em Documentação, pela Universidad Carlos III de Madrid (2007), é docente dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Arquivologia, do Instituto de Ciência da Informação; do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (mestrado e doutorado); e Professor Colaborador do Programa de Saúde, Ambiente e Trabalho, da Faculdade de Medicina, todos na Universidade Federal da Bahia. E-mail: nidialubisco@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5008-8878>

Vinícios Souza de Menezes

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (DCI UFS). Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). E-mail: <https://orcid.org/0000-0002-5008-8878>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4511-4477>

RESUMO

A pandemia de covid-19 modificou a estrutura socioeconômica mundial em dimensões até então desconhecidas pela humanidade. Como consequência, a paralisação temporária de setores classificados como não essenciais afetou as bibliotecas. Esta pesquisa teve como objetivo situar como as bibliotecas universitárias foram representadas nos protocolos de biosseguranças das universidades federais brasileiras visando ao retorno seguro das atividades presenciais. Classifica-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa; considerando os objetivos, trata-se de um estudo exploratório, baseado em pesquisa documental, desenvolvido mediante consulta aos protocolos de biossegurança; como técnica de coleta de dados, aplicou-se um questionário aos bibliotecários dirigentes das 68 universidades públicas federais. A análise dos dados revelou que apenas 23 universidades federais dedicaram seções às suas bibliotecas em seus protocolos; 19 deles não mencionaram as bibliotecas; e, em 24, a palavra biblioteca é apenas mencionada como área comum. Com base nas respostas do questionário, constatou-se que 21,7% dos diretores das bibliotecas centrais desconheciam a existência do protocolo de biossegurança criado pelo Ministério da Educação e a mesma porcentagem criou protocolos próprios. O estudo aponta para a necessidade de uma melhor comunicação entre o Ministério da Educação e as universidades federais, bem como entre elas e as bibliotecas, no que se refere às medidas de segurança; outro ponto observado foi a sub-representação das bibliotecas universitárias nos instrumentos diretivos das Universidades Federais.

Palavras-chave: biblioteca universitária; pandemia – covid-19; protocolos de biossegurança.

THE BRAZILIAN UNIVERSITY LIBRARY IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC: AN EXPLORATORY STUDY ON THE RETURN OF ACTIVITIES ACCORDING TO BIOSECURITY PROTOCOLS

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has changed the global socioeconomic structure in ways previously unknown to humanity. As a result, the temporary shutdown of sectors classified as non-essential has affected libraries. This research aimed to determine how university libraries were represented in the biosafety protocols of Brazilian federal universities, aiming at the safe return of in-person activities. It is classified as an applied research, with a qualitative and quantitative approach; considering the objectives, it is an exploratory study, based on documentary research, developed through consultation of biosafety protocols; as a data collection technique, a questionnaire was applied to the librarians in charge of the 68 federal public universities. Data analysis revealed that only 23 federal universities dedicated sections to their libraries in their protocols; 19 of them did not mention libraries; and, in 24, the word library is only mentioned as a common area. Based on the responses to the questionnaire, it was found that 21.7% of

the directors of the central libraries were unaware of the existence of the biosafety protocol created by the Ministry of Education and the same percentage created their own protocols. The study points to the need for better communication between the Ministry of Education and federal universities, as well as between them and the libraries, with regard to safety measures. Another point observed was the underrepresentation of university libraries in the directive instruments of Federal Universities.

Keywords: biosafety protocols; pandemic – covid-19; university library.

1 INTRODUÇÃO

A Covid-19 foi declarada Emergência de Saúde Pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020. Em março, devido à sua alta transmissibilidade, letalidade, inexistência de vacinas e ausência de tratamentos médicos efetivos, a OMS recomendou a adoção de medidas de contenção, resultando em isolamento social, exceto para serviços essenciais. Considerando o escopo deste artigo, destaca-se, no caso do Brasil, a associação do isolamento social em relação à situação da educação, em geral, e das bibliotecas universitárias, em particular, uma vez que estas unidades de informação, em condições normais, têm vida ativa e presente para docentes e estudantes, tendo-se que

[...] conceitualmente, por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico. (Lubisco, 2014, p. 5)

Deste modo, tanto conceitual quanto circunstancialmente, a presente pesquisa teve por objetivo situar como as bibliotecas universitárias (BU) foram representadas nos protocolos de biossegurança das universidades federais brasileiras, visando ao retorno seguro de suas atividades presenciais no contexto da pandemia, considerando se e como elas participaram do processo de elaboração desses protocolos.

Para tanto, mapearam-se as universidades federais públicas brasileiras que mantêm BU, identificando quais dispõem de protocolos de biossegurança e quantas incluíram diretrizes específicas para o seu retorno. Além disso, analisaram-se as tipologias dos documentos adotados, visando compreender de que forma elas foram contempladas nesses protocolos e como contribuíram para a sua elaboração.

Assim, esta pesquisa teve como propósito investigar os protocolos de biossegurança adotados pelas universidades federais brasileiras para o retorno seguro de suas atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19, analisando se e como as BU foram

contempladas por esses protocolos. Este horizonte finalístico da pesquisa visava responder à seguinte pergunta de pesquisa: diante do contexto pandêmico, como as BU orientaram suas decisões para o retorno presencial seguro de suas atividades?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

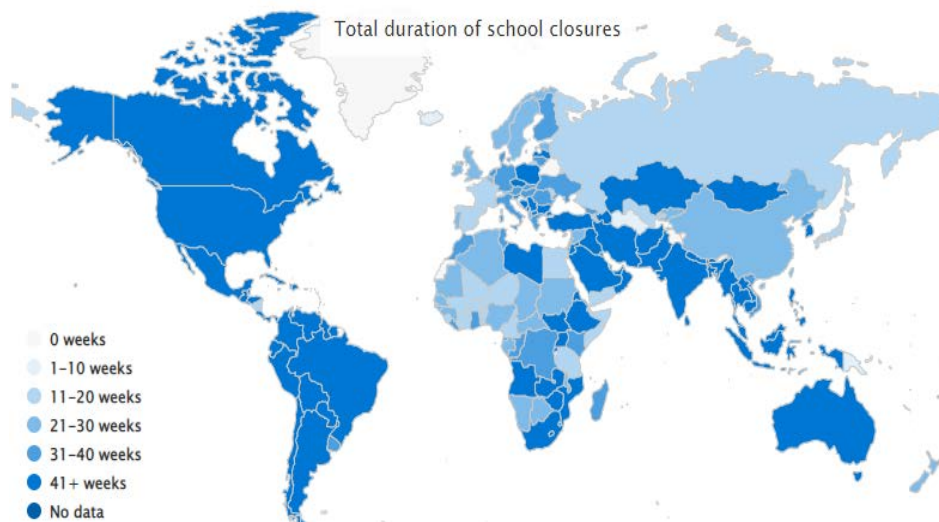
Ao redor do mundo, os diferentes governos adotaram uma ou outra ou as duas possibilidades de isolamento social orientadas pela OMS: i. a supressão (isolamento horizontal), que objetivava reduzir o número de reprodução média de casos secundários gerados por um infectado, sendo que o grande desafio era manter as medidas de distanciamento por tanto tempo quanto o vírus estivesse em circulação; ii. A mitigação (isolamento vertical), que recomendava o isolamento apenas das pessoas que apresentavam comorbidades, método posteriormente refutado como ineficaz, pois mesmo com a restrição da circulação dos grupos de risco, ainda assim estes podiam ter contato no ambiente domiciliar com indivíduos que saíam de casa e, portanto, estavam mais expostos ao vírus (Schuchmann *et al.*, 2020).

A pandemia da Covid-19 modificou a estrutura socioeconômica mundial em dimensões até então jamais vistas na humanidade. Diversos foram os impactos do isolamento social, de acordo com Cavalcanti e Guerra (2022, p. 89):

Os paradigmas, as crenças, os dogmas, a Educação, a saúde pública, a economia, as relações de trabalho, as interações e as subjetividades próprias das relações pessoais, as políticas de Estado, bem como as consequências e os impactos impostos pelo isolamento social, foram a causa de um cruel choque de realidade, que expôs toda a fragilidade do ser humano e das instituições que se acreditavam inabaláveis.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1º de abril de 2020, escolas e instituições de ensino superior (IES) foram fechadas em 185 países, afetando 1 bilhão e 500 milhões de estudantes, o que representa cerca de 89,4% do total de estudantes do planeta. (Marinoni *et al.*, 2020, p. 8) Na Figura 1, a Unesco representou a cartografia mundial do isolamento, expondo a duração total do fechamento das instituições de ensino ao redor do mundo. No Brasil, o fechamento durou 78 semanas.

Figura 1 – Duração total do fechamento das instituições de ensino no mundo



Fonte: UNESCO (2021)

No Brasil, no campo da educação, foi instituído pelo governo federal o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino, por meio da Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, do Ministério da Educação (Brasil. Ministério da Educação, 2020). O referido ato, que instituiu um modelo de Protocolo de Biossegurança, consolidou orientações coletivas e individuais para o retorno seguro em termos de saúde, das atividades presenciais da comunidade acadêmica. Nele havia instruções para que as instituições de ensino constituíssem comissões locais ou grupos de trabalho, para a criação de protocolos próprios de biossegurança, alinhados aos regramentos do estado, município e em acordo com as orientações das autoridades sanitárias competentes.

2.1 O contexto pandêmico e os impactos na educação

No contexto brasileiro, as atividades de vários setores sofreram restrições e suspensão de funcionamento, excetuando-se os de apoio direto e indireto à saúde e aqueles vinculados às necessidades essenciais dos cidadãos. Isso impactou diretamente no funcionamento das instituições de educação, incluindo as de ensino superior, que tiveram a maioria das suas atividades presenciais suspensas.

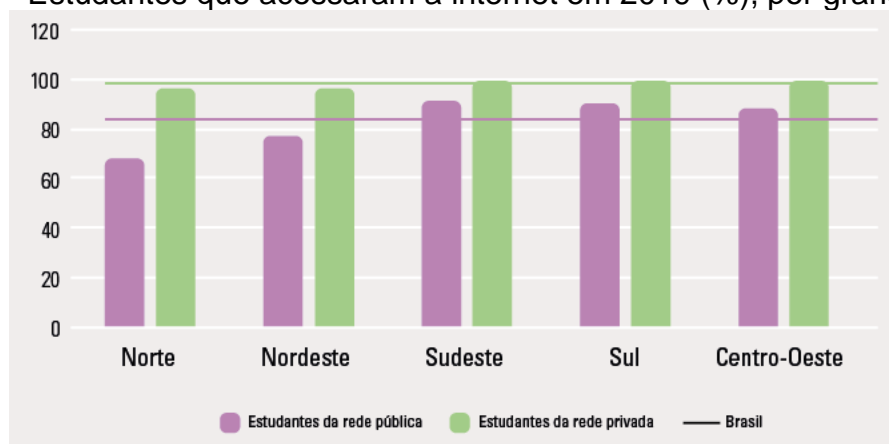
Assim, durante a pandemia, os sistemas de ensino foram afetados em grande escala, impactando mais intensamente as populações vulneráveis, exacerbando uma crise educacional pré-existente, oriunda da desigualdade social que estrutura a formação da sociedade brasileira. Um exemplo foi o dos estudantes excluídos da aprendizagem remota devido à falta de acesso e de conectividade à infraestrutura tecnológica básica para a realização das atividades assíncronas. Um retrato dessa realidade brasileira foi representado pela Pesquisa Nacional por

Amostras de Domicílios (PNAD), que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):

O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores (IBGE, 2019).

No período avaliado (último trimestre de 2019), 98,4% dos estudantes de escolas particulares tinham acesso à internet. Já no ensino público, eram 83,7%. Essa diferença é ainda mais marcante ao comparar as grandes regiões do país: no Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizou a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente; já nas demais regiões, esse percentual variou de 88,6% a 91,3%, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estudantes que acessaram a internet em 2019 (%), por grandes regiões.



Fonte: IBGE (2019)

Em 2019, o uso do celular para acessar à internet avançou ainda mais entre os estudantes, chegando a 97,4%. A pesquisa mostra, contudo, que somente 64,8% dos alunos de escolas públicas tinham o aparelho para uso pessoal e nem todos tinham acesso à rede. No ensino privado, 92,6% dos estudantes tinham um telefone móvel.

Esse cenário de desigualdade social e de brechas digitais afetou o funcionamento das bibliotecas. Com o fechamento das universidades brasileiras, grande parte das BU suspendeu seus serviços presenciais por tempo indeterminado. Com o surgimento das aulas remotas emergenciais, aos poucos as BU adaptaram seus produtos e serviços para continuar atendendo virtualmente os usuários, de acordo com Silvestre e Cunha (2002, p. 7):

As bibliotecas se adaptaram aos protocolos e medidas de segurança na proteção do bibliotecário, dos seus usuários, da equipe que a compõe e das coleções

físicas. Passaram-se alguns meses para que as bibliotecas se adaptassem de acordo as suas realidades, algumas suspenderam todos os seus serviços físicos, outras adaptaram alguns deles para o entorno virtual, bem como houve aquelas que criaram novos serviços e outras que só ficaram com os virtuais, implementados antes da pandemia.

Perante tal contexto de excepcionalidade provocado pela pandemia da covid-19, as BU passaram a adotar o teletrabalho, os webinários, os livros eletrônicos e as redes sociais como alternativas para atender às necessidades de seus usuários. Conforme observado por Tanus e Sánchez-Tarragó (2020), o teletrabalho foi adotado por muitas dessas instituições como alternativa para manter alguns serviços e atividades.

De acordo com Maia e Moraes (2023), há de se considerar que, por meio da evolução tecnológica e comportamental do usuário, cada vez mais conectado, as BU têm transcendido o seu papel de suporte para serem também produtoras de conhecimento e contribuírem na formação intelectual e crítica do discente e da comunidade.

No final de 2022, já contando com proteção vacinal, apesar das Variantes de Preocupação (VOCs)¹ e suas subvariantes, as instituições de ensino voltaram à ativa, apoiando o retorno presencial mediante o uso dos protocolos de biossegurança, visto que a OMS alertou para que esse retorno se desse de forma responsável, de modo a evitar novas ondas de contaminação.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa, que se desenvolveu de modo exploratório, devido à sua característica, na história da humanidade e por não haver um volume representativo de pesquisas anteriores sobre o impacto da pandemia no retorno presencial das atividades das BU no contexto pandêmico, à época da pesquisa original (2022). Isto porque uma pesquisa exploratória se caracteriza por buscar familiarizar-se com o problema para torná-lo mais explícito.

O universo de investigação desta pesquisa está constituído pelas BU das 113 instituições de ensino superior brasileiras. Por razões de exequibilidade temporal, optou-se por pesquisar somente as BU das 68 universidades federais (mantenedoras de 68 BU), excluindo-se, assim, as bibliotecas dos institutos tecnológicos, das instituições públicas estaduais e municipais, além


¹ As variantes de preocupação do SARS-CoV-2, conforme classificação da OMS, são mutações que aumentam a transmissibilidade do coronavírus. Até agosto de 2022, cinco variantes principais foram identificadas: 1. Alpha, originária do Reino Unido e responsável pela segunda onda na Europa; 2. Beta, descoberta na África do Sul; 3. Gamma, originária do Brasil, que causou a segunda onda no país, especialmente na região Norte; 4. Delta, vinda da Índia e responsável por 95% dos casos de COVID-19 no Brasil; e 5. Ômicron, registrada na África do Sul, que possui oito vezes mais mutações que as demais e tende a causar reinfecção. (OMS, 2021).

das instituições privadas.

Inicialmente, as Instituições de Ensino Superior brasileiras foram mapeadas por meio da consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Nesta consulta, identificaram-se e, posteriormente, foram selecionadas, as universidades federais brasileiras, num total de 68 instituições mantenedoras das BU, objeto desta pesquisa.

Quadro 1 – Universidades federais públicas brasileiras por região.

Nordeste		Sudeste		Sul		Norte		Centro-oeste	
AL	UFAL	ES	UFES	PR	UNILA	AC	UFAC	DF	UNB
BA	UFBA		UNIFAL-MG		UFPR	AM	UFAM	GO	UFCAT
	UFOB		UNIFEI		UTFPR	AP	UNIFAP		UFG
	UFRB		UFJF		UFCSPA	PA	UFOPA		UFJ
	UFSB		UFLA	UNIPAMPA	UFPA		UFGD		
CE	UFCA		UFMG	RS	UFPEL		UNIFESSPA	MS	UFMS
	UFC		UFOP		UFSM	UFRA	MT	UFMT	
	UNILAB		UFSJ		FURG	RO	UNIR	UFR	
MA	UFMA		UFU		SC	UFRGS	RR	UFRR	
PB	UFPB		UFV	UFFS		TO	UFT		
	UFCG		UFVJM	UFSC					
PE	UNIVASF	RJ	UFTM						
	UFPE		UNIRIO						
	UFAPE		UFRJ						
	UFRPE		UFF						
PI	UFDPAR	SP	UFRRJ						
	UFPI		UFABC						
RN	UFRN		UFSCAR						
	UFERSA		UNIFESP						
SE	UFS								



Legenda:	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
----------	-------	----------	---------	-----	--------------

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MEC, 2021).

O procedimento seguinte foi visitar os portais de cada uma das IES selecionadas para identificar quais tinham protocolos de biossegurança para o enfrentamento da pandemia ante o retorno ao trabalho presencial. Após averiguação nos portais, detectou-se que das 68 IES, 66 criaram protocolos de biossegurança.

Para a codificação e identificação da amostra, foram criadas três categorias de análise, (1) Protocolos de Biossegurança das IES que dedicaram conteúdo às suas BU; (2) Protocolos de Biossegurança das IES que não dedicaram conteúdo às suas BU; (3) Protocolos de Biossegurança das IES que mencionam as BU apenas como uma área comum.

Quanto à população, investigaram-se atores humanos (diretores das BU) e não humanos² (documentos/protocolos de biossegurança) envolvidos no processo de retomada das atividades

² Designação cunhada por Bruno Latour, no livro *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede* (Latour, 2012).

presenciais das BU selecionadas. A partir dessa configuração da pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário para os diretores e a pesquisa documental para levantar os protocolos de biossegurança.

Após o levantamento e a análise dos protocolos de biossegurança das 68 IES federais brasileiras, um questionário foi aplicado a esses sujeitos, ficando disponível por 30 dias (2/5/2023 a 2/6/2023) e do qual obtiveram-se 46 respostas, com um retorno de aproximadamente 68% do total.

O questionário foi aplicado por meio do Google Forms, ferramenta gratuita da Google, e contou com cinco perguntas diretas:

- a) Você sabia que o MEC criou um Protocolo de Biossegurança com o objetivo de servir como modelo para criação dos protocolos de biossegurança de cada IES brasileira?
- b) Durante o período de isolamento social, como a sua BU atuou?
- c) A BU seguiu algum protocolo de biossegurança para o retorno de suas atividades presenciais?
- d) Caso a sua IES tenha elaborado um protocolo de biossegurança, a BU fez parte da Comissão ou Grupo de Trabalho que o criou?
- e) Caso a sua IES tenha elaborado um protocolo de biossegurança, você ficou satisfeito(a) como a BU foi representada?

O questionário supracitado foi enviado aos diretores(as) dos Sistemas de Bibliotecas (SIBI) das 68 BU deste estudo, no dia 2 de maio de 2023 e foi fechado em 2 de junho do mesmo ano. Foram obtidas 46 respostas, um retorno de aproximadamente 68% do total. De posse das respostas, estas foram codificadas e tabuladas, seguindo os objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Esta seção compreende a reunião e a análise dos dados coletados junto aos atores não humanos (protocolos de biossegurança) e humanos (diretores dos SIBI) envolvidos no retorno do trabalho presencial das BU, no contexto pandêmico.

4.1 Atores não humanos

Para efeito deste estudo, os atores não humanos estão representados pelos protocolos

de biossegurança.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo das universidades e suas BU, no que se refere às três categorias analíticas adotadas. Das 10 IES da região Norte, 5 (50%) dedicaram conteúdo e 5 (50%) as consideraram como área comum; das 20 IES da região Nordeste, 10 (50%) dedicaram conteúdo, 4 (20%) não mencionaram as bibliotecas, 4 (20%) as consideraram como área comum e 2 (10%) não criaram protocolos de biossegurança; das 19 IES da região Sudeste, apenas 3 (15,8%) dedicaram conteúdo, 7 (36,8%) não dedicaram conteúdo e 9 (47,4%) consideraram como área comum; das 11 IES da região Sul, 2 (18,2%) dedicaram conteúdo, 7 (63,6%) não dedicaram conteúdo e 2 (18,2%) consideraram como área comum; por fim, das 8 IES da região Centro-Oeste, 3 (37,5%) dedicaram conteúdo, 1 (12,5%) não dedicou conteúdo e 4 (50%) consideraram como área comum.

Tabela 1 – Protocolos de Biossegurança das IES por Conteúdo dedicado à BU.

Região	IES Federais	Dedicam conteúdo às BU	Não dedicam conteúdo às BU	BU considerada área comum	Protocolo ausente
Norte	10	5	0	5	
Nordeste	20	10	4	4	2
Sudeste	19	3	7	9	
Centro-oeste	8	3	1	4	
Sul	11	2	7	2	
Total	68	24	19	24	2

Fonte: dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados e levando em conta as três categorias de análise propostas, observou-se que das 68 IES federais brasileiras pesquisadas 23,34% dos protocolos dedicaram conteúdo às suas BU; 19,28% não dedicaram conteúdo às suas BU; em 24,35% delas, as BU são apenas mencionadas como uma área comum; por fim, em 2,3% das IES não havia sequer um protocolo de biossegurança.

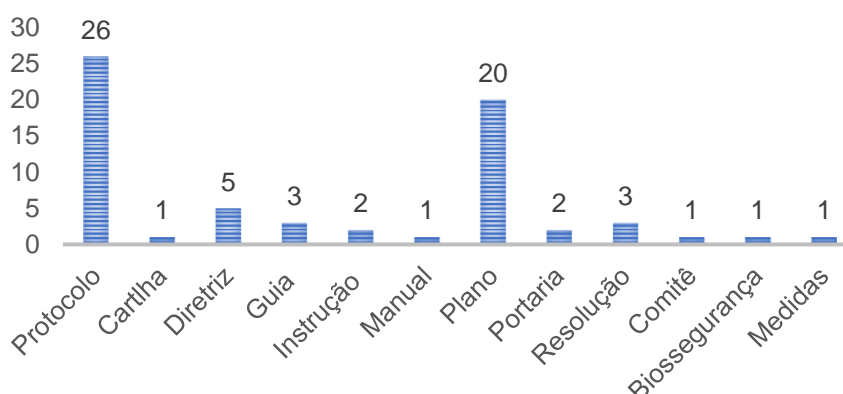
No intercurso da realização da pesquisa, constatou-se que não houve uniformidade na designação dos documentos de biossegurança por parte das 68 universidades federais pesquisadas, isto é, a Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, do Ministério da Educação, foi adaptada pelas diferentes IES. O ato de nomear o documento de biossegurança como cartilha, plano, guia, medida, diretriz, dentre outros, provocou uma perda de uniformidade e, com isso, o poder normativo que a tipologia 'protocolo' conferiria ao documento dispersou-se. O Quadro 2 apresenta, por região do país, as diversas nomenclaturas utilizadas pelas 68 IES federais brasileiras para designar os seus documentos de biossegurança.

Quadro 2 – Tipologia dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais.

Região	Tipologia
Norte	Protocolo, plano, resolução e cartilha.
Nordeste	Protocolo, plano e diretriz.
Sudeste	Protocolo, plano, diretriz, guia, resolução e portaria.
Centro-oeste	Protocolo, plano, diretriz, guia e medidas.
Sul	Protocolo, plano, diretriz, guia, resolução, portaria, instrução normativa, biossegurança, manual e comitê.

Fonte: dados da Pesquisa.

No Gráfico 2, pode-se verificar o quantitativo de cada designação atribuída aos documentos de biossegurança das IES federais estudadas. As tipologias com maior representatividade foram, (1) 'Protocolo', com 26 ocorrências; (2) 'Plano', com 20 ocorrências; (3) 'Diretriz', com 5 ocorrências.

Gráfico 2 – Tipologias dos documentos de biossegurança das 68 IES federais.

Fonte: dados da pesquisa.

A falta de uniformidade ao nomear os documentos de biossegurança, por parte das universidades federais das 5 regiões do Brasil, configura-se como um indicativo do provável desconhecimento da importância de um protocolo de biossegurança e de seu poder normativo para regular socialmente comunidades por meio de normas e recomendações de segurança à saúde durante a pandemia da covid-19.

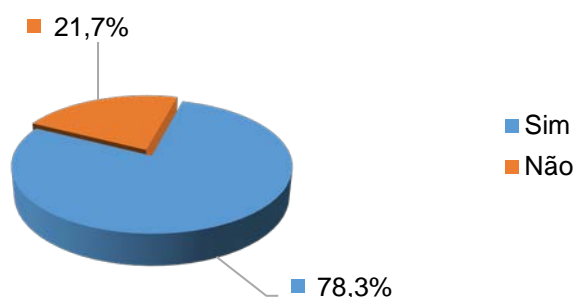
4.2 Atores humanos

Para efeito desta estudo, os atores humanos estão representados pelos bibliotecários

diretores dos Sistemas de Bibliotecas (SIBI) das instituições estudadas.

A primeira indagação do citado questionário foi se as pessoas diretoras dos SIBI sabiam que o MEC havia criado um modelo de Protocolo de Biossegurança, divulgado pela Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, e que poderia ser adaptado pelas IES federais, visando ao retorno seguro de suas atividades presenciais durante a pandemia. Dos respondentes, 78,3% disseram que tinham conhecimento da existência desse protocolo-modelo e 21,7% responderam que não tinham conhecimento de sua existência, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Direções dos SIBI que sabiam do Protocolo de Biossegurança do MEC.

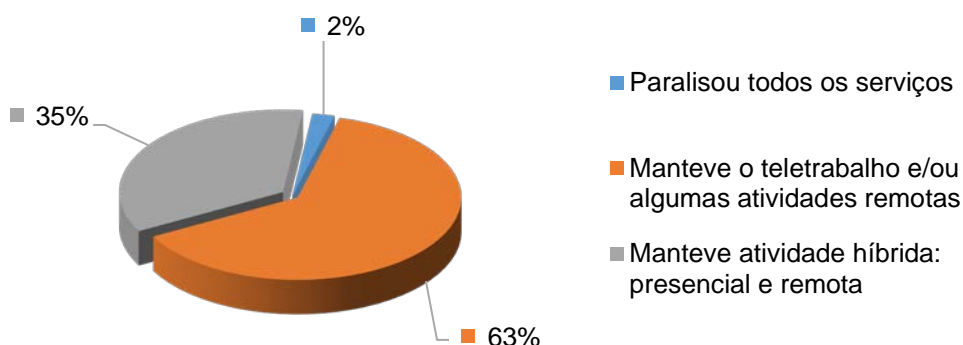


Fonte: dados da pesquisa.

O desconhecimento por parte de 21,7% das diretoras dos SIBI sobre a existência do referido protocolo é um indicativo do ruído na comunicação existente entre o MEC, as universidades federais e seus SIBI.

Em seguida, questionou-se sobre a atuação das BU durante o período de isolamento social recomendado pela OMS, oferecendo três alternativas de resposta: i. a BU paralisou todos os serviços; ii. a BU manteve o teletrabalho e/ou alguma atividade remota; iii. a BU manteve atividade híbrida: presencial e remota. Dos respondentes, 2,2% informaram que as BU paralisaram todos os serviços; 34,8% disseram que as BU mantiveram atividade híbrida; por fim, 63% responderam que as BU mantiveram o teletrabalho e/ou alguma atividade remota, conforme representado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Atuações das BU durante o período de isolamento social.

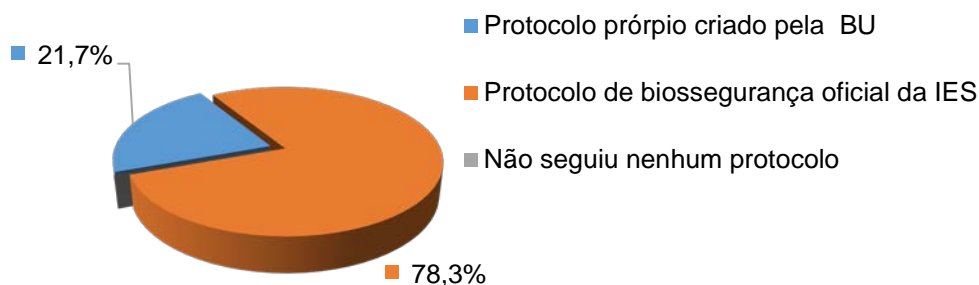


Fonte: dados da pesquisa.

Com as respostas obtidas na segunda questão, foi possível confirmar que as BU seguiram a tendência adotada pela maior parte das instituições, organizações e empresas afetadas pelo isolamento social, ou seja, a adoção do teletrabalho/trabalho remoto como alternativa para continuar oferecendo seus produtos e/ou serviços. A pandemia da covid-19 acelerou a tendência de reconfiguração do trabalho, ou seja, mesmo após a sua regressão, os trabalhos remotos, reuniões virtuais, atividades de home-office continuaram, ainda que de forma menos intensa do que no pico da pandemia.

Na terceira questão, as BU foram questionadas se haviam seguido um protocolo de biossegurança para o retorno de suas atividades presenciais e qual a origem do documento supracitado: i. Seguiu um protocolo de biossegurança criado pela própria BU; ii. Seguiu o protocolo de biossegurança oficial da IES mantenedora da BU; iii. A BU não seguiu nenhum protocolo de biossegurança. Dos respondentes, 78,3% das BU utilizaram os protocolos de biossegurança oficiais de suas IES; 21,7% criaram um protocolo de biossegurança próprio; por fim, constatou-se que todas as BU usaram algum protocolo de biossegurança para o retorno seguro dos trabalhos presenciais, como é possível visualizar no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Protocolos de biossegurança seguido pelas BU durante a pandemia de Covid-19.



Fonte: Dados da Pesquisa.

As respostas obtidas aqui corroboraram as respostas recebidas na primeira pergunta: o

número daqueles que não sabiam da existência do modelo de protocolo de biossegurança criado pelo MEC foi igual ao número daqueles que indicaram ter criado um protocolo próprio para as suas BU. Se, por um lado, isso mostra o ruído comunicacional entre as BU e suas IES, também aponta para o poder de iniciativa das pessoas bibliotecárias que, por desconhecerem as ações de suas IES em relação à biossegurança, criaram seus próprios protocolos.

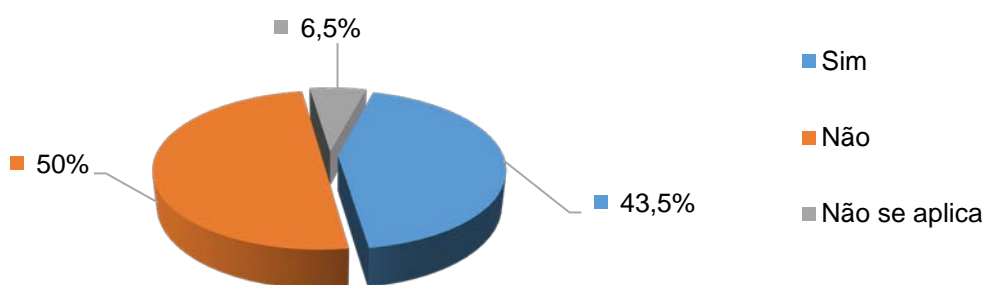
Quadro 3 – Similaridade nas respostas obtidas nas questões 1 e 3.

Questões	Alternativas	%
1	BU que desconheciam a existência do protocolo de biossegurança modelo do MEC.	21,7%
3	BU que criaram seus próprios protocolos de biossegurança, ignorando os de suas IES.	21,7%
1	BU que conheciam o protocolo de biossegurança modelo do MEC.	78,3%
3	BU que seguiram o protocolo de biossegurança oficial de suas IES.	78,3%

Fonte: dados da pesquisa.

A penúltima questão, indicada no Gráfico 6, abordou se a BU fez parte de grupo de trabalho ou de comissão destinada à elaboração do Protocolo de Biossegurança de sua IES, conforme indicado pela Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, do Ministério da Educação. Metade dos respondentes (50%) afirmou não ter feito parte de tais grupos de trabalho; já 6,5% responderam que essa pergunta não se aplicava à realidade de sua IES, um indicativo que, para esses respondentes, sua IES ou não elaborou protocolo de biossegurança ou não constituiu grupos de trabalho para a realização dessa tarefa e produção desse documento orientador.

Gráfico 6 – Participação das BU nos GT para criação dos protocolos de biossegurança das IES.



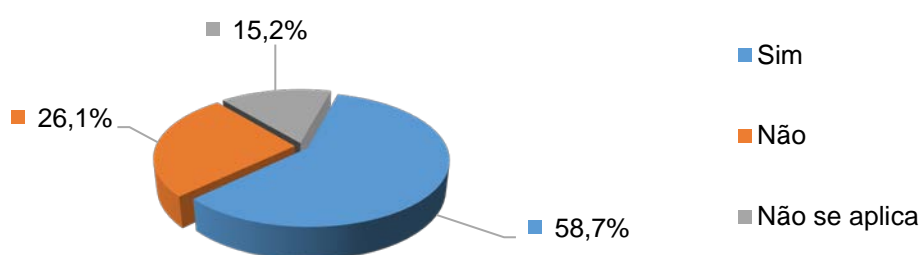
Fonte: Dados da Pesquisa.

O fato de 56,5% (50% + 6,5%) das BU indicarem não ter participado das comissões para criação dos Protocolos de Biossegurança de suas IES isso reforça a visão errônea de que a BU não tem especificidades a serem levadas em conta para a elaboração dos Protocolos de Biossegurança, além da sub-representação das BU em algumas instituições de seus locais de

decisão, como os Conselhos Universitários. Do universo estudado, apenas 23 Protocolos dedicaram conteúdo às suas bibliotecas; os demais apenas mencionaram a biblioteca como área comum ou nem mesmo fizeram menção a elas.

Por fim, na última pergunta, detalhada no Gráfico 7, indagou-se se as BU estavam satisfeitas sobre como foram representadas nos Protocolos de Biossegurança oficiais de suas IES, obtendo como respostas: i. 58,7% estavam satisfeitas; ii. 26,1% não estavam satisfeitas; e 15,2% afirmaram não se aplicar à sua realidade.

Gráfico 7 – Nível de satisfação com a representação das BU nos protocolos de biossegurança das IES.



Fonte: dados da pesquisa.

Era de extrema importância que todas as BU fossem convidadas a fazer parte das comissões que elaboraram os Protocolos de Biossegurança, pois, dessa forma, as especificidades das bibliotecas seriam levadas em consideração. Tal participação na orquestração das políticas institucionais afastaria a visão restrita de que a biblioteca é apenas mais uma das áreas comuns das IES, visão contraproducente e reduzida sobre sua função na academia, pois conforme Gelfand (1968, p. 19) “As universidades serão o que são suas bibliotecas”.

5 PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Na Grécia Antiga, um livro era composto por folhas de papiro, coladas umas às outras para formar um rolo. A primeira folha desse longo rolo, na qual constavam as informações mais importantes do livro, chamava-se *protokollon*, palavra formada por *proto* (primeiro) e *kollon* (colado). Ou seja, inicialmente *protokollon* significou ‘a folha colada em primeiro lugar’. Hoje, o protocolo de biossegurança pode ser definido como um documento que contém um conjunto de informações, decisões, normas, diretrizes e regras definidas a partir de um ato oficial, tendo como objetivo a prevenção, a minimização ou a eliminação de riscos à saúde humana.

Após a análise dos protocolos de biossegurança das 68 universidades federais

selecionadas, esta pesquisa construiu um modelo tipológico com 23 diretrizes ideais para compor um protocolo de biossegurança voltado para atender às necessidades e particularidades de uma biblioteca, tendo como critério a relevância das suas ações, ou seja, a maior efetividade no combate à proliferação do vírus e nos cuidados com a saúde:

- i. Uso de máscaras de proteção facial e protetor facial;
- ii. Aferição de temperatura na entrada da Biblioteca ou na entrada do *campus* dos profissionais antes do início das atividades;
- iii. Higienização das mãos com água e sabão ou com álcool 70% em gel, logo após o manuseio de livros e sempre que necessário;
- iv. Desconsideração de toda penalidade gerada por atraso referente à devolução de livros;
- v. Portas abertas para evitar o contato com maçanetas e puxadores;
- vi. Manutenção dos ambientes ventilados (janelas e portas abertas);
- vii. Garantia do distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m;
- viii. Orientação aos trabalhadores a adotarem a etiqueta respiratória:
 - Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo, flexionado, ou usar lenço de papel;
 - Utilizar lenço descartável para higiene nasal (descartar imediatamente após o uso e realizar a higiene das mãos);
 - Realizar a higiene das mãos após tossir ou espirrar.
- ix. Colocação de cartazes na biblioteca, informando sobre as medidas higiênicas e sanitárias a serem seguidas.
- x. Agendamento e/ou atendimento presencial para os empréstimos:
 - Estabelecimento de data e horário para a retirada do material na biblioteca, mediante agendamento.
 - Atendimento presencial: para evitar aglomerações nas dependências das bibliotecas, haveria controle de entrada de usuários.
- xi. Devolução de livros exclusivamente em caixas ou locais adaptados para este fim;
- xii. Adoção de um prazo de quarentena para o livro devolvido de, no mínimo, sete dias sem manipulá-lo e sem fazer uso de nenhum produto que ponha em risco a integridade desse material;
- xiii. Mesmos procedimentos para demais materiais adquiridos;
- xiv. Treinamento/capacitação sobre uso, conservação e descarte correto dos EPIs,

lavagem das mãos, uso de álcool 70%, cuidados previstos na etiqueta respiratória e demais medidas de precaução.

- xv. Instalação de proteção acrílica nos balcões de atendimento.
- xvi. Limitação do número de usuários simultâneos no balcão de atendimento.
- xvii. Sinalização de piso, como marcação do distanciamento entre as pessoas;
- xviii. Impedimento do uso de espaços coletivos, a exemplo salas de estudos em grupo e/ou laboratório de informática;
- xix. Isolamento do acervo físico, sendo o acesso somente liberado para os servidores da biblioteca, inibindo o fluxo de pessoas e evitando a propagação do vírus.
- xx. Incentivo à assinatura de acervos digitais e de bibliotecas virtuais, de maneira a promover o acesso remoto à bibliografia necessária aos estudos.
- xxi. Não compartilhamento de objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritório, livros e afins;
- xxii. Desinfecção e limpeza das bibliotecas (edifícios, mobiliário, equipamentos e coleções de trabalho), seguindo as recomendações das autoridades de saúde, de forma constante ao longo do dia;
- xxiii. Garantia de que todo o pessoal recebesse informações e treinamentos atualizados sobre as medidas implementadas.

Assim, com base no exposto, essas seriam as principais diretrizes que deveriam – e que devem – compor um protocolo de biossegurança que atenda às necessidades e particularidades de uma BU para a atuação segura em um contexto pandêmico ou de outras possíveis crises sanitárias.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa surgiu e se desenvolveu durante a pandemia da covid-19 (2021-2023), momento ímpar na história da humanidade. Declarada como tal oficialmente no dia 11 de março de 2020 pela OMS, desde então o mundo registrou milhões de mortes causadas pela doença, assim como vivenciou profundas transformações econômicas, sociais e culturais.

Quando se iniciaram os estudos em 2021, muitas dificuldades foram enfrentadas ao investigar o tema, por ser um assunto novo, com poucas informações confiáveis disponíveis; ademais, havia um grande número de fake news, teorias conspiratórias, desinformação e negacionismo circulando sobre a enfermidade.

Em atendimento aos referidos objetivos desta pesquisa, (1) no primeiro momento, acessou-se o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, do e-MEC, mapearam-se as 68 universidades federais brasileiras, o que configurou a amostragem. De posse da planilha de dados gerada no e-MEC, aplicaram-se os filtros necessários para obtenção do relatório com as informações essenciais à investigação: a lista dos portais das 68 IES federais e de seus SIBI, bem como os contatos de seus diretores e coordenadores.

Em seguida (2), foram identificadas as universidades federais que contavam com protocolos de biossegurança e quais deles dedicaram algum conteúdo às suas BU. Das 68 IES estudadas, apenas 2 não elaboraram protocolos de biossegurança oficiais, a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). As demais 66 IFES criaram seus Protocolos de Biossegurança oficiais, com nomenclaturas e aprofundamentos diversos.

Nessa linha, constatou-se, por meio de três categorias de análise, que: i. 23 dedicaram conteúdo específico às suas BU; ii. 19 não dedicaram conteúdo específico às suas BU; iii. e 24 apenas mencionam as BU apenas como uma área comum.

Para o objetivo (3), analisaram-se as tipologias/designações dos documentos de biossegurança, onde se observou a falta de uniformidade na adoção das tipologias dos documentos supracitados. Diversas foram as designações usadas: cartilha, plano, guia, medida, diretriz, entre outros. Essa falta de uniformidade pode ter sido consequência do desconhecimento sobre o que é exatamente um protocolo de biossegurança (sua função e poder normativo) e pela implementação de políticas ineficientes por parte do governo federal, o que causou um profundo ruído e uma desorientação que ensejou, por exemplo, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conforme Cavalcanti e Guerra (2021, p. 76),

A crise sanitária e política, o negacionismo, a omissão e a ausência de um Comitê de Gestão de Crise, no Ministério da Saúde, durante mais de um ano, desde o início da pandemia, provocaram a instalação de uma CPI com o objetivo de investigar as ações do governo federal, e o uso de recursos federais, estaduais e municipais destinados ao enfrentamento da pandemia.

Por fim (4), para averiguar de que modo as BU estavam incluídas nos protocolos de biossegurança das IES e qual a sua participação no processo de construção do documento, aplicou-se um questionário aos dirigentes dos SIBI das IES federais. Em suma, 21,7% das direções dos SIBI desconheciam o Protocolo modelo do MEC e criaram protocolos próprios para suas BU, ignorando a existência dos protocolos oficiais de suas IES; outros 78,3% tinham conhecimento e seguiram os protocolos de suas universidades.

Sobre o trabalho remoto, que se popularizou durante a pandemia, 63% dos diretores

afirmaram que mantiveram essas modalidades como forma de atender ao seu público, sendo que apenas 2,2% das BU paralisaram totalmente os serviços durante o isolamento social e 34,8% mantiveram o atendimento híbrido. Na última pergunta, inquiriu-se se as direções dos SIBI estavam satisfeitas sobre como suas BU haviam sido representadas nos protocolos de biossegurança de suas IES: 58,7% afirmaram estar satisfeitas, contra 26,1% insatisfeitas, outros 15,2% disseram não ter opinado, por desconhecer os protocolos oficiais de suas IES.

Diante do exposto, constatou-se a importância dos Protocolos de Biossegurança para o retorno seguro ao trabalho presencial das BU durante a pandemia. No entanto, problemas como comunicação ineficiente entre o MEC e as universidades, uso político da pandemia, disseminação de fake news e negacionismo científico prejudicaram a adequada implementação desses protocolos nas universidades federais brasileiras.

Finalizando, cumpre informar as limitações deste estudo, em decorrência da não inclusão dos Institutos Federais, das universidades estaduais e das IES privadas, por ampliar em demasia a população-alvo, considerada bem representada pelas 68 IES federais, espalhadas por todas as regiões do país.

Essas lacunas detectadas ensejam que protocolos de biossegurança sejam incorporados sistematicamente ao repertório dos bibliotecários, além de que sejam estreitadas as relações das BU com a administração superior das respectivas instituições, de modo que novos estudos venham a ser desenvolvidos sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020. Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, edição 125, p. 30, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. DAS G. G. V. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 114, p. 73–93, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JbyKTD99g9Pwcky5n5cyXDg/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GELFAND, Morris Arthur. **University libraries for developing countries**. Paris: Unesco, 1968.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua 2019**: acesso à internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida

durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). 2014. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 5, dez. 2014. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_58d5cb21b8_0000016393.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

MAIA, M. L. J.; MORAIS, J. J. DA S. Análise do processo de avaliação de bibliotecas universitárias. **Em Questão**, v. 29, p. e-124299, 2023. Disponível em: scielo.br/j/emquestao/a/ZJm4pMFdV3JJV7SSyvpvxjh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARINONI, Giorgio; LAND, Hilligje van't; JENSEN, Trine. The impact of Covid 19 on higher education around the world: IAU Global Survey Report. **International Association of Universities**, France, 2020. Disponível em: https://www.iau-aiu.net/IMG/pdf/iau_covid19_and_he_survey_report_final_may_2020.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Who Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard**. Geneva, 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SCHUCHMANN, A. Z.; *et al.* Vertical social isolation X Horizontal social isolation: health and social dilemmas in coping with the COVID-19 pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 3556-3576, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/9128>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SILVESTRE, F. de M.; CUNHA, M. B. da. Desafios enfrentados pelas bibliotecas universitárias no contexto da pandemia da Covid-19. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022009, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8668168>. Acesso em: 21 fev. 2025.

TANUS, Gabrielle F. S. C; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, La Habana, v. 31, n. 4, p. 1-27. 2020. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/ics/v31n3/2307-2113-ics-31-03-e1615.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2025.